

Sara Filipa Moreira de Sá Correia

Desenvolvimento da linguagem em crianças inseridas em ambiente familiar
e institucionalizadas



Faculdade de Ciências da Saúde

Porto, 2011

Sara Filipa Moreira de Sá Correia

Desenvolvimento da linguagem em crianças inseridas em ambiente familiar
e institucionalizadas



Faculdade de Ciências da Saúde

Porto, 2011

Sara Filipa Moreira de Sá Correia

Desenvolvimento da linguagem em crianças inseridas em ambiente familiar
e institucionalizadas

Atesto a originalidade do trabalho:

(Sara Filipa Moreira de Sá Correia)

Orientadora:

Prof^ª Vânia Peixoto

"Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos para obtenção
do grau de licenciatura em Terapêutica da Fala"

Resumo:

A qualidade e mestria na aquisição e desenvolvimento da linguagem de uma criança, está relacionada com o ambiente em que esta se encontra inserida. A aprendizagem da linguagem é feita de forma espontânea através das interacções directas (progenitor/cuidador - criança) e das experiências linguísticas diversificadas. Nem todos os ambientes proporcionam as condições ideais para que ocorra o desenvolvimento da linguagem. Este estudo pretende analisar dois grupos de crianças (n=38), com idades compreendidas entre os quatro e seis anos, que se encontram inseridas em ambientes distintos (familiar e institucional). Assim, o objectivo da investigação é “medir” o desenvolvimento da linguagem em ambos os grupos e compará-los. Para avaliar as crianças, foram utilizadas duas provas formais, uma para avaliar a linguagem, T.I.C.L. () e outra para avaliar a fala das crianças, o CPUP (Gomes et. al., 2001). Os resultados do estudo revelam que existe de facto uma diferença estatisticamente significativa entre ambos os grupos, verificando-se um melhor desenvolvimento da linguagem em crianças que vivem em ambiente familiar.

Abstract

The quality and mastery in language acquisition and development of a child, is related to the environment in which it is inserted. Language learning is made spontaneously through direct interactions (parent/caregiver) and diverse linguistic experiences. Not all environments provide ideal conditions for the development of language. This study aims to analyze two groups of children (n= 38), aged between four and six years old, who lives in to different environments (family and institutional). Thus, the objective of research is to "measure" the development of language in both groups and compare them. To evaluate the children, it was used two formal evaluations, one to evaluate language development, T.I.C.L (Viana, 2004), and another to analyze the speech, CPUP (Gomes et al., 2001) . The results of the study reveal that there is in fact a statistically significant difference between both groups, reveling a better language development in children who lives at care with their parents.

Índice

Introdução	10
I. Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem.....	12
1. Etapas do Desenvolvimento.....	14
i. Período pré-linguístico.....	14
ii. Período linguístico.....	17
2. Institucionalização	25
II. Metodologia	30
1. Método	30
i. Objectivo	30
ii. Tipo de estudo.....	30
iii. Participantes.....	30
iv. Variáveis	31
2. Medidas.....	32
3. Procedimentos.....	33
4. Análise e tratamento dos dados	34
5. Resultados.....	35
6. Discussão de resultados.....	40
Conclusão	43
Referências Bibliográficas.....	44
Anexos.....	49

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Pontuação total do instrumento T.I.C.L	38
Gráfico 2 – Número total de respostas incorrectas na produção da fala	39

Índice de Tabelas

Tabela 1. Distribuição dos participantes por sexo e idade.....	31
Tabela 2. Motivo de institucionalização	35
Tabela 3. Manter contacto com a família	36
Tabela 4. Tempo de frequência na instituição	36
Tabela 5. Conhecimento lexical	37
Tabela 6. Conhecimento morfossintático	37
Tabela 7. Memória auditiva	37
Tabela 8. Reflexão sobre a língua	38
Tabela 9. Pontuação total do instrumento T.I.C.L.	38
Tabela 10 – Correlação entre a frequência de institucionalização e pontuação total do instrumento T.I.C.L.	40

Introdução

A linguagem apresenta-se como o mais poderoso e conhecido instrumento de comunicação que aprendemos de forma natural e espontânea. É importante conhecer precocemente o processo de aquisição e desenvolvimento linguístico, que ao contrário do que muitos pensam, é algo bastante complexo (Lima, 2000).

A aquisição e desenvolvimento da linguagem não é adquirida através de uma aprendizagem formal, mas sim através das interações que o meio ambiental que rodeia a criança lhe proporciona. A exposição precoce a um ambiente familiar que forneça à criança todas as suas necessidades básicas, que seja rico em interações directas (progenitor/cuidador e criança) e repleto de diversas experiências linguísticas é fundamental para um bom desenvolvimento linguístico.

Nem todas as crianças se encontram inseridas em ambientes que reúnem as condições necessárias para proporcionar à criança um bom desenvolvimento global e em específico linguístico. As crianças que sofrem de abuso infantil e que se encontram inseridas em ambientes de risco apresentam carências ao nível do afecto, da atenção, da educação, da qualidade das interações e estão expostas a experiências muito pobres. Muitas das vezes as crianças inseridas nos ambientes de risco ou que são vítimas de abuso infantil são retiradas dos seus lares e passam a frequentar um meio institucional. (Manso, J. et al., 2010)

Este trabalho tem como finalidade “medir” o desenvolvimento da linguagem de crianças, com idades compreendidas entre os quatro e os seis anos, inseridas em ambiente institucional e em ambiente familiar, comparando-as de modo a verificar se existe diferenças entre elas. A pergunta de partida deste estudo foi: “A qualidade dos ambientes está directamente relacionada com a qualidade e mestria do desenvolvimento da linguagem?”. Perante a minha pergunta de partida, foram criadas duas hipóteses, sendo elas: hipótese nula – os dois grupos são iguais, não existe diferenças no desenvolvimento da linguagem; hipótese alternativa – os dois grupos são diferentes, apresentando diferenças no desenvolvimento da linguagem.

O plano de execução do estudo passou pela avaliação individual de cada criança, utilizando o teste T.I.C.L (Teste de Identificação de Competências Linguísticas), que avalia três componentes da linguagem (semântica, fonologia e morfossintaxe) e se aplica a crianças com idades compreendidas entre os quatro e seis anos de idade. Será também aplicado o teste CPUP que tem como objectivo identificar as alterações realizadas na produção da fala.

As razões que me levaram à escolha deste tema são diversas: i) interesse pelas crianças que se encontram inseridas em ambiente institucional, ii) a facilidade na aplicação dos instrumentos escolhidos; iii) o fácil acesso em contactar com a população alvo e em ter autorização por parte das instituições e infantário; iiiii) existir fundamentação teórica.

Este trabalho encontra-se dividido em dois capítulos (Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem e Metodologia) estando estes desdobrados em subcapítulos. A estrutura do estudo foi delineada em função do Manual de Estilo de Elaboração de Monografia da Universidade Fernando Pessoa.

O capítulo I encontra-se dividido em dois subcapítulos: 1- Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem; 2 – Institucionalização. No primeiro subcapítulo, podemos encontrar uma revisão bibliográfica sobre a aquisição e desenvolvimento da linguagem, com um aprofundamento relativamente às componentes da linguagem avaliadas pelos instrumentos utilizados no estudo (semântica, morfossintaxe e fonologia). No segundo subcapítulo podemos encontrar a fundamentação teórica referente a ambientes de risco, a ambiente institucional e ao desenvolvimento linguístico das crianças aí inseridas.

No capítulo II encontra-se o enquadramento metodológico na qual estarão descritos o tipo de estudo realizado, todos os procedimentos metodológicos que foram utilizados na pesquisa, o instrumento utilizado para a recolha de dados, as variáveis em estudo, os resultados obtidos e a discussão dos mesmos.

I- Aquisição e desenvolvimento da linguagem:

A linguagem é uma capacidade, própria e específica da espécie humana que nos permite comunicar, utilizando um sistema de signos arbitrários, que inicialmente surge através da oralidade (acústica) e posteriormente também através da escrita (visual) (Lima, 2000). Refere-se a um processo de desenvolvimento padronizado de aquisição de linguagem na infância, que abrange o desenvolvimento da fala (linguagem expressiva) e o desenvolvimento da compreensão (linguagem receptiva) (Viana, 2000). É um sistema de signos usados pelos seres humanos num contexto social, para comunicarem entre si ideias, emoções e necessidades e a sua aquisição e mestria é um desafio grandioso para a criança nos seus primeiros anos de vida (Sim-Sim, 1998). Para Habib (2000), linguagem é um conjunto de processos que possibilitam a utilização de um código ou sistema convencional, que têm como objectivo representar e/ou comunicar conceitos, e para tal utilizam um conjunto de símbolos arbitrários.

A qualidade da linguagem na infância está moldada pela natureza e pela frequência da amostra de impressão linguística fornecida pelo ambiente (Viana, 2000). A aquisição e desenvolvimento da linguagem é um processo gradual e natural, uma vez que não é necessária a existência de uma instrução formal, para que a sua aquisição aconteça. É necessário que, por um lado não existam anomalias ao nível das estruturas anatómicas, permitindo que o acto de fala aconteça, e por outro lado que ocorram influências ao nível do meio ambiental, que vão interferir e influenciar no aparecimento e enriquecimento da linguagem (Pinto, 2002). Desta forma, torna-se importante a exposição precoce a um meio rico em experiências linguísticas diversificadas.

Sim-Sim (1998), refere que o desenvolvimento humano, linguístico ou não linguístico, se constrói em torno da capacidade que cada um possui para adquirir, armazenar e recuperar a informação. Desta forma, compreender o desenvolvimento da linguagem é entender o processo de comunicação entre a criança e aqueles que o rodeiam (influências do meio ambiente), particularmente no período sensível, que se situa entre o nascimento e os seis anos de idade.

Como verificamos anteriormente, a linguagem pode ser oral ou escrita. Apenas a linguagem oral se dá por aquisição espontânea e natural com base na interação de vários factores (ambientais, psicossociais, cognitivos e biológicos) não sendo necessário o ensino formal. No entanto o mesmo já não se verifica com a linguagem escrita, pois esta implica um ensino formal para se desenvolverem as competências necessárias à mestria da mesma (Castro e Gomes, 2000; Sim Sim, 1998)

Diferentes estudos (Castro e Gomes, 2000; Sim-Sim 1998) defendem que no decorrer do desenvolvimento linguístico, as crianças passam por etapas ou estádios sequenciais e universais. Contudo, cada criança segue o seu ritmo, sendo este dependente das suas potencialidades e da qualidade do contexto em que está inserida. Desta forma, pode dizer-se que cada criança adquire a linguagem a que está exposta, pelos ambientes educativos em que se encontra inserida.

Segundo Sim-Sim (1998, p. 27):

No que concerne ao desenvolvimento da linguagem, é possível identificar uma linha sequencial de crescimento e identificar períodos cruciais. Na base da sequência de aquisições e dos marcos de desenvolvimento podem identificar-se padrões universais, independentes da língua nativa do falante.

Owens, (cit. in Sim-Sim, 1998), refere que o desenvolvimento de um indivíduo, implica a obediência de um conjunto de princípios tais como: i. o desenvolvimento segue uma ordem sequencial previsível; ii. existem marcos desenvolvimentais que ocorrem, aproximadamente, na mesma idade em todas as crianças; iii. a vivências de determinadas experiências é fundamental para que o desenvolvimento ocorra; iiiii. durante este percurso, as crianças passam por fases ou períodos previsíveis; iiiiii. as variações individuais fazem parte do processo de desenvolvimento;

Segundo Lima (2000), a linguagem é formada por várias componentes, das quais fazem parte os seguintes domínios de estudo: fonética, fonologia, pragmática, semântica e morfossintaxe.

1. Etapas do desenvolvimento

i. Período pré- linguístico:

O período pré-linguístico e o linguístico são períodos cruciais para o desenvolvimento da linguagem. A pré-linguagem constitui um momento de aprendizagem linguística que prepara todas as estruturas neurofisiológicas e psicológicas, colocando-as com destrezas suficientes para assim prosseguir nas seguintes etapas do desenvolvimento da linguagem. (Lima, 2000).

A infância é a fase da vida de um indivíduo em que existe a revelação do mundo, a descoberta de como as coisas funcionam, a partilha de objectos, desafios, brincadeiras e até de medos com aquilo e aqueles que nos rodeiam. Período onde a curiosidade e a vontade de explorar está bem evidente no comportamento das crianças. A principal motivação que impulsiona os bebés para a linguagem é o facto de esta permitir a socialização com os outros (Lima e Bessa, 2007).

Na etapa que antecede a linguagem, o choro, o grito e o gesto são elementos da comunicação, que substituem as expressões orais mas que têm a mesma importância que estas, pois deles se extraem mensagens bastantes significativas. (Lima, 2000)

No período pré-linguístico ocorre um desenvolvimento de competências pragmáticas, que podem ser consideradas como a base para o desenvolvimento da comunicação e linguagem futura. (Peixoto e Lima, 2009)

Dois aspectos que são determinantes no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem são a percepção auditiva e a discriminação. A recepção de estímulos é a primeira etapa do processo cognitivo que tem como finalidade o conhecimento humano. (Lima e Bessa, 2007)

Ao falarmos de percepção auditiva, estamos a falar dos estímulos sonoros. Englobado neste termo, está necessariamente o processo de detecção de sinais acústicos assim como o reconhecimento das suas respectivas características, como a frequência e a

intensidade (Sim-Sim, 1998). Visto isto, verifica-se que através das competências perceptivas a criança consegue reconhecer a existência de estímulos. Sim-Sim (1998), refere que à capacidade de detectar um estímulo e distinguir dois estímulos distintos, chamamos discriminação.

Segundo Lima (2000), as crianças com boas capacidades perceptivas (cromática, visual, auditivo), sentem-se muito mais estimuladas para uma interacção e aproximação com o “outro” ou com o “objecto”, desenvolvendo assim competências de carácter cognitivo-linguístico, que conseqüentemente fazem aparecer sinais linguísticos. A criança no seu primeiro ano de vida, já é dotada de uma percepção visual, auditiva e tátil, que lhe permite começar a relacionar-se com o mundo e a desenvolver o seu próprio sistema linguístico (semântico, pragmático, morfossintáctico e fonológico).

O desenvolvimento da linguagem está directamente relacionado com um conjunto de processos que ocorrem através do contacto da criança com o meio, da sua adaptação à realidade e do desenvolvimento das capacidades neuromotoras, que se tornam cada vez mais finas (Lima 2000). A qualidade das interacções parentais é de elevada importância para criar oportunidades e experiências à criança que favoreçam o seu desenvolvimento (Peixoto e Lima, 2009).

Desde que nasce, a criança começa desde logo a vocalizar, quer seja através do choro ou através de vocalizações reflexivas (tossir, espirrar...). Os adultos devem dar valor aos sinais produzidos pelas crianças, atribuindo-lhe assim também um significado comunicativo, associando-as a manifestações de necessidades físicas ou emocionais e só assim ocorrerá um processo comunicativo rudimentar. (Peixoto, 2007)

Já por volta dos dois meses, a criança começa a fazer uso de sinais mais diversificados, tais como o sorriso e a produção de sons guturais, exigindo assim uma maior atenção por parte dos seus progenitores. Os pais, já nesta altura interpretam estes sinais como intencionalidade comunicativa, contudo isto só se torna verdade por volta dos nove meses. À medida que a criança se vai apercebendo do significado das suas diferentes vocalizações e as associa a uma obtenção de resposta ou comportamento por parte do outro, estas passam a ser produzidas de forma sistemática e consistente. A sua

comunicação passa a ser intencional, com formas e funções comunicativas mais diversificadas. (Peixoto, 2007)

Como referido, durante o primeiro ano de vida as crianças produzem uma grande variedade de sons, que vão evoluindo espontaneamente. Segundo Oller e Lynch (1993) e Peixoto (2009), existem cinco etapas que caracterizam a evolução que ocorre durante o período pré- linguístico, sendo elas as seguintes:

- Fonação (0-2 meses): Estádio de vocalizações essencialmente reflexas, incluindo-se sons e gritos vegetativos. Nesta fase os articuladores encontram-se em repouso, e as vocalizações quase nada se assemelham à fala.

- Palreio (2-3 meses): Estádio caracterizado pela produção de vogais posteriores ou sílabas constituídas por consoante e vogal (ex: /gu/) ambas posteriores. Os sons produzidos são caracterizados pela sua ressonância nasal. Esta é a fase em que a criança vocaliza para seu próprio prazer.

- Balbuício (4-6 meses): Estádio em que a criança explora as capacidades do seu aparelho fonoarticulatório. Existe uma grande variabilidade de sons, que se aproximam a seqüências de vogais, gritos e sons bilabiais. Surge a produção de seqüências do tipo CV.

- Lalação (6-7 meses): Estádio caracterizado pela reduplicação silábica. É nesta fase que surgem as vocalizações que são muito idênticas a palavras verdadeiras (“pópó”, “mamã”) e que por vezes levam os progenitores a pensarem que se trata das primeiras palavras.

- Jargon (12 meses): Estádio em que surgem as primeiras palavras e a criança produz uma grande variabilidade de sons, produzindo-os com diferentes entoações, dando a entender que está a estabelecer uma conversa.

ii. Período linguístico

- A dimensão lexical

“A criança deve aprender a relacionar correctamente sequências de sons (significantes) a um conjunto de situações (referentes), utilizando as representações mentais (significados) correspondentes como intermediárias.” (Puyuelo e Rondal, 2007, p. 28).

A semântica é a dimensão que abrange o conteúdo da linguagem, representando o estudo do significado e da combinação das palavras (Acosta et. al., 2003). É um termo relacionado com o significado, pois o aprender e saber uma língua implica conhecer os significados correspondentes às diversas cadeias de sons (Faria et al, 2005).

Sim-Sim (1998) afirma que aprender uma nova palavra implica associar uma sequência fónica específica a um significado preciso e que este significado expressa um conceito. Quando o conceito e os sons se unem forma-se uma palavra. Assim sendo conhecer uma palavra é reconhecer o significado particular e a sequência de sons da mesma.

Para que ocorra um bom desenvolvimento ao nível desta dimensão é favorável existir pré-requisitos cognitivos, tais como: desenvolvimento motor (permite à criança aproximar-se, explorar e manipular o mundo que o rodeia) permanência do objecto (reconhecimento da existência do objecto por parte do bebé, mesmo que este não esteja dentro do seu campo visual), jogo simbólico (Lima e Bessa, 2007). Os mesmos autores referem que o grau de compreensão do sujeito (nível de experiências e da organização interna do mundo que o rodeia) vai interferir também nas aquisições semânticas da linguagem.

Como já referido, a qualidade das interacções que a criança estabelece com os outros e com aquilo que a rodeia, bem como a qualidade dos estímulos presentes no seu mundo, são fundamentais para um bom desenvolvimento da dimensão lexical (Bruner 1983).

A vertente lexical é a que mais se desenvolve durante a primeira infância. O período pré-escolar é considerado como um tempo de rápida aquisição lexical e conceptual. A

criança entre os dezoito meses e seis anos acrescenta, em média, por dia cerca de nove palavras no seu vocabulário (Sim-Sim, 1998).

Com um ano de idade surge a primeira palavra intencionalmente significativa, uma vez que essa palavra até pode não fazer parte do nosso vocabulário, mas na realidade a criança usa-a separadamente para nomear o mesmo objecto ou acção (Pinto, 2002). Por volta do ano e meio a criança junta duas palavras e aos dois anos faz as primeiras combinações de palavras.

A criança ao deparar-se com uma enorme quantidade de palavras, selecciona a informação e fixa a sua atenção linguística em alvos lexicais determinados. Apesar das diferenças individuais que existem de criança para criança, os alvos lexicais seleccionados são normalmente universais. (Lima, 2000). Segundo Puyuelo e Rondal (2007) as primeiras palavras lexicais produzidas pelas crianças, estão claramente relacionadas com os contextos de vida e oportunidades que surgem, sendo elas constituídas por padrões silábicos de C+V. Estas referem-se a pessoas (familiares), animais, alimentos, partes do corpo e jogos.

“As palavras representam os objectos a que se referem e, simultaneamente, a classe a que esse objecto pertence” (Sim-Sim, 1998, p. 110). Com o intuito de colocar alguma ordem no acelerado ritmo de crescimento lexical que ocorre entre os dois e três anos e meio, a criança usa estratégias como a categorização e generalização (Puyuelo e Rondal, 2007). As generalizações por vezes, são frequentemente abusivas podendo designar-se por “sobregeneralizações” que tanto podem ocorrer a nível lexical (exemplo: colher por papa), como a nível morfológico (ex: *fazeu, funiles...*). (Pinto, 2002) Estes “erros” revelam que a criança tem um papel activo e criativo na aquisição da linguagem e podem ser explicados pelo desconhecimento lexical da palavra ou pela incapacidade de produção da mesma, visto que a criança quando adquire o “rótulo” que é utilizado na comunidade em que está inserido passa a usá-lo (Sim-Sim, 1998).

Rigolet, (2000) sugere que por volta dos 18/19 meses existe um grande aumento do vocabulário, conseguindo a criança fazer uma aquisição semântica de cerca de cinquenta palavras. Este processo de aquisição vai evoluindo progressivamente, até que

aos três anos a criança já fez a aquisição semântica de mil e quinhentas palavras. A criança nesta fase, para além de conseguir expressar-se com muitos vocábulos, consegue igualmente exprimi-los no momento adequado e com a máxima eficácia funcional (Puyuelo e Rondal, 2007)

O facto de uma criança possuir e dominar uma série de vocabulário, não implica que o use todo com a mesma frequência, visto que faz mais uso do vocabulário que está relacionado com aquilo que o rodeia. Sim-Sim (1998) refere que apesar de ao longo de toda a nossa vida existir uma diferença marcada entre o “léxico activo” e o “léxico passivo” que possuímos, no período entre os 0 e os 6 anos de idade é a fase onde esta diferença é mais significativa. O “léxico passivo” é superior ao “léxico activo”, isto é, a criança articula menos palavras do que reconhece. A mesma autora, refere ainda que entre os dois e os seis anos faz frequentemente uso da criatividade lexical, que se traduz na invenção de palavras para fazer face a novas situações.

Por volta dos cinco anos, a criança começa a aperceber-se de relações semânticas que ligam as palavras, tais como palavras iguais que podem ter significados diferentes, e vice-versa. Esta capacidade conduz a criança a usar a criatividade, originando assim pseudo-palavras e jogos de descoberta de novas palavras (Sim-Sim, 1998).

- Dimensão morfossintáctica

A linguagem não é só feita de palavras, mas também da possibilidade de as juntar em estruturas maiores – as frases. Assim, o desenvolvimento lexical ocorre paralelamente à aquisição de uma nova dimensão da linguagem, que é a morfossintaxe (Castro e Gomes, 2000).

O conceito de morfossintaxe diz respeito à organização estrutural da linguagem, incluindo, o domínio morfológico (regras que determinam a estrutura interna das palavras) e o domínio da sintaxe (organização das palavras num enunciado, à sua função na frase, bem como a relação que existe entre as mesmas de acordo com a posição que adoptam na frase) (Acosta et. al, 2003). Para Lima e Bessa (2007), morfossintaxe diz respeito à organização da estrutura interna das palavras e das regras de combinação dos

sintagmas em orações. Esta dimensão linguística é, sem dúvida, de elevada importância pois permite a cada falante compreender e construir um número indeterminado de enunciados.

Para alguns autores o estudo da morfossintaxe surge logo com o aparecimento das primeiras palavras reais produzidas pela criança, período denominado como holofráscico (Sim-sim, 1998). Contudo, Borrás (2005) refere que apenas se deve considerar uma manifestação sintáctica quando a criança for capaz de produzir enunciados de duas ou mais palavras, uma vez que para a sua compreensão deverá ter-se em conta o contexto em que se produzem este discurso telegráfico.

Como já foi referido, a criança com dezoito meses ao produzir as primeiras palavras soltas, pretende transmitir uma ideia complexa, como se uma só palavra traduzisse um curto enunciado; a palavra assume o valor de uma frase (holófrase). (Pinto, 2002) De modo a fazer a transição entre o uso de uma palavra e da frase, a criança entra no período telegráfico (simplificação da linguagem, através da eliminação de palavras de não conteúdo). A criança começa a associar duas ou mais palavras (quase sempre nomes e verbos) num só enunciado, para expressar relações entre as pessoas e objectos, quase sempre situados no aqui e agora. É nesta altura que a criança dá início a um longo percurso que a levará à mestria sintáctica da sua língua materna. (Lima, 2000). Numa primeira etapa a criança não dá importância à ordem de combinação das palavras e apresenta limites de entoação (pausas longas entre as palavras). Isto já não se verifica por volta dos dois anos e meio, onde começam a surgir as frases. (Lima e Bessa, 2007).

Relativamente a categorias gramaticais, os substantivos são as primeiras categorias a serem identificadas na linguagem da criança. Os verbos começam a fazer parte da fala da criança por volta dos dois anos e dois anos e meio, sendo estes incluídos em frases do tipo SVO (ex: bebé come papa), os termos adverbiais (também, aqui, já está) também são usados nesta altura, ao contrário dos advérbios que surgem apenas por volta dos três anos de idade. (Lima, 2000).

Progressivamente, a criança vai alargando o seu discurso e introduzindo progressivamente nele as palavras de função gramatical, tais como os artigos (o, a,),

advérbios (não, sim, onde, aqui), preposições (para, em cima de), conjunções (que, por que) e ainda as formas flexionadas nas categorias nominais (género e número) (Lima 2000). Assim sendo, podemos verificar que a criança inicia o desenvolvimento desta dimensão, fazendo uso de palavras de funções sintácticas e gramaticais e, à medida que vai adquirindo mais linguagem introduz, por volta dos três anos, no seu discurso os “sufixos flexionais” (género, número, tempo e modo). (Sim-Sim, 1998).

À medida que a estrutura sintáctica vai ficando mais sofisticada, vai-se acentuando o crescente domínio das regras de combinação das palavras e da sua estrutura interna. A criança encontra-se num período de exercício de manipulação e adequação das regras que regulam a língua em que se encontra inserida. A capacidade de se fazer a concordância de género, número e tempo verbal revela que a criança é capaz de alterar as palavras de acordo com a sua função na frase. Visto isto, para se produzir frases correctamente construídas tem que existir o desenvolvimento da sintaxe (capacidade de ordenar as palavras) e da morfologia (capacidade de alterar o “corpo” das palavras). (Lima, 2000). A exploração e a consolidação desta dimensão ocorre no período compreendido entre o nascimento e os sete anos, tal como o domínio da estrutura da frase (Sim-Sim, 1998).

Os conectores temporais («quando») e causais («porque») surgem por volta do 4º ou 5º aniversário. No período entre os quatro anos e meio e os cinco anos e meio, a criança passa a fazer uso de pronomes possessivos, verbos auxiliares, surgem as estruturas de voz passiva, a criança faz uso correcto das principais flexões verbais, as diferentes modalidades do discurso (afirmação, interrogação, negação) são cada vez mais complexas e as preposições de tempo (agora, depois, negação) são usadas com muita frequência. (Del Rio e Vilaseca, 1994). Nesta fase a criança começa a eliminar progressivamente os erros sintácticos e morfológicos.

O período entre os seis e os sete anos é apontado como sendo aquele em que a criança já demonstra ter adquirido a estrutura morfossintática de base. O desenrolar do percurso desta dimensão, vai desde a compreensão e produção de palavras isoladas até à compreensão e produção de estruturas sintácticas cada vez mais complexas e idênticas à dos adultos.

- Dimensão fonológica

Ao falarmos de fonética estamos a falar dos sons da linguagem falada. (Faria et al 2005) afirma que a fonética é a disciplina científica que estuda os sons da fala humana, ou seja, a forma como são produzidos pelos falantes e como são percebidos pelos ouvintes. Por outro lado, fonologia diz respeito ao reconhecimento dos sons de uma língua particular, tendo em conta, as sequências que constituem as palavras e as propriedades fonéticas da mesma. (Mateus, Falé e Freitas, 2005)

A fonética e a fonologia, são campos distintos da linguagem que juntos possibilitam uma eficaz aquisição da língua. Para ocorrer um bom desenvolvimento fonético tem que existir uma coordenação motora para assim se produzirem os movimentos articatórios que levaram à produção dos sons e para um bom desenvolvimento fonológico tem que existir um conhecimento dos sons que constituem a língua materna e a forma com estes se organizam para formar palavras (Castro & Gomes, 2000).

Como já referimos, desde o momento do seu nascimento a criança já é sensível aos sons da língua e demonstra capacidade para emitir sons como o choro, para manifestar as suas necessidades, bem como os sons vegetativos (tosse, espirros) (Sim-Sim, 1998). Até alcançar a articulação de fonemas pertencentes a uma língua específica, a criança passa por um período de ensaios articatórios e por diversas etapas que fazem parte do desenvolvimento fonológico (Lima, 2009).

Tal como noutras dimensões linguísticas, o amadurecimento do conhecimento fonológico trata-se de um processo que ocorre de forma gradual e que varia consoante o ritmo de aprendizagem de cada criança (Castro & Gomes 2000).

Durante o desenvolvimento fonológico assistimos a uma aquisição dos fonemas de forma hierárquica, até se adquirir o domínio articatório, ou seja, a capacidade de articular inteligivelmente todos os sons da língua (Sim-Sim, 1998).

A idade cronológica em que se dá a aquisição de todo o sistema fonológico ainda não é consensual entre os autores. Castro e Gomes (2000) referem que o sistema fonológico já

é dominado pela criança aos cinco anos de idade. Sim-Sim (1998) afirma que aos seis anos, fase de entrada para a escola primária, a maioria das crianças já domina todos os padrões articulatórios da sua língua materna e Wetzner (2004) afirma que é apenas aos sete anos de idade.

Dos sons que as crianças inicialmente articulam, nem todos são pertencentes da sua língua materna, mas à medida que a criança vai adquirindo os fonemas vai perdendo a capacidade de articular aqueles que não estão integrados no mundo que a rodeia. (Yaguello,1997) refere mesmo, que a criança durante este percurso vai perdendo a atitude natural a favor de uma atitude cultural.

Segundo Freitas (2004) os primeiros elementos consonânticos a serem adquiridos são as oclusivas, que antes dos dois anos de idade já estão consolidadas. Dentro das oclusivas, inicialmente adquirem-se as oclusivas orais e posteriormente as nasais. Relativamente às oclusivas orais, inicialmente adquirem-se os fonemas surdos com a seguinte ordem de aquisição /p/,/t/,/k/ e posteriormente as sonoras /b/,/d/ e por fim o /g/. No que concerne às oclusivas nasais, os fonemas /m/ e /n/ são adquiridos antes que do fonema /ɱ/.

Imediatamente a seguir aos fonemas oclusivos surgem os fricativos. Dentro desta classe, os fonemas /f/ e /v/ são os primeiros a serem produzidos, pouco antes dos dois anos. As restantes fricativas surgem mais tardiamente pela seguinte ordem de aquisição: fonema /z/ aos dois anos, o /s/ e /ʒ/ aos dois anos e seis meses e por último o fonema /ʃ/ aos dois anos e dez meses. (Oliveira, 2004).

Por último surge o grupo das líquidas, uma vez que é um grupo com sons muito complexos. (Lima, 2009). Deste grupo, o fonema /l/ é o primeiro a ser adquirido em posição inicial por volta dos dois anos e por volta dos três na posição medial. O fonema /λ / é adquirido entre os dois anos e oito meses e os três anos, mas apenas é dominado aos quatro anos. O seguinte fonema a ser adquirido é o fonema /R/ por volta dos três anos e quatro meses. O último a ser adquirido é o fonema /r/ por volta dos quatro anos e dois meses na posição medial (CV) (Ribas, 2004).

A estrutura das sílabas seguem também uma ordem de aquisição, sendo inicialmente adquiridas as sílabas de estrutura simples do tipo CV, depois as mais complexas CVC, dominadas por volta dos quatro anos e CCV adquirida aos cinco (Castro & Gomes, 2000; Ribas, 2004).

A aquisição do sistema fonológico e as idades normativas são fundamentais para se perceber se de facto existem desvios na fala. A criança ao confrontar-se inicialmente com o sistema da língua ao qual foi exposta vai usar processos de simplificação, que são usados como estratégias, visto que ainda não têm todas as capacidades perceptivas e neuromotoras para conseguir produzir as palavras correctamente (Lima, 2009). A criança simplifica as palavras que produzem, numa tentativa de conseguir imitar o que o adulto verbaliza.

Segundo Castro e Gomes (2000) nas crianças até aos três anos de idade, realizam alguns desvios na fala, que tendem a desaparecer rapidamente, tais como: coalescência (omissão de mais do que uma sílaba); substituição por harmonia (substituição devido à influência de uma consoante ou vogal ou traço: ex: “manana” em vez de “banana”); apagamento nasal (a vogal nasal passa a oral); redução de ditongo (omissão de semivogal); omissão de consoante (em início de sílaba); Omissão de sílaba átona (também observado em crianças de 4 anos embora seja menos frequente). As mesmas autoras referem que aos cinco anos a maioria das crianças já é capaz de dominar a articulação dos sons da fala, contudo ainda é possível se verificar alguns processos como: redução do grupo consonântico (CCV), epêntese ou adição de vogal (belusa em vez de blusa) e metátese ou troca de ordem (corcodilo em vez de crocodilo).

À medida que a criança se vai aproximando da idade em que já deve ser capaz de dominar todo o sistema fonológico, é de se esperar que os processos fonológicos vão desaparecendo.

2. Institucionalização

A investigação, sobretudo na área da sociologia da educação e da psicologia (Vygotsky, 2000) têm vindo a alertar para a importância que os contextos de vida têm no desenvolvimento global de um indivíduo.

Para Pinhel J. et al (2009) a saúde mental de uma criança encontra os seus alicerces na qualidade dos cuidados e atenções que recebem nos seus primeiros anos de vida por parte dos seus progenitores/cuidadores. Estes alicerces são fundamentais no delinear das trajectórias desenvolvimentais futuras. Segundo o mesmo autor, a vinculação é algo que se constrói durante uma relação e diz respeito ao desenvolvimento de laços afectivos e de plena confiança no outro. A partir do momento que a criança se sente protegida por aqueles com quem criou vinculação, vai sentir um decréscimo no sentimento de medo e ansiedade, permitindo-lhe assim uma exploração do mundo que a rodeia com mais profundidade e segurança (Vaughn et al., 2007), influenciando na organização dos afectos, das cognições, dos comportamentos e do seu desenvolvimento global (Sroufe, 2005).

A família deve ser um lugar estável e seguro onde a criança recebe cuidados, protecção, respeito, afecto, educação e apoio social. O papel da família não é simplesmente satisfazer as necessidades básicas, mas sim facilitar a interacção entre os processos fisiológicos de experiências de maturação e diária, de modo a alcançar a plenitude biopsicossocial da criança, tendo assim todas as condições necessárias para um bom desenvolvimento global (Manso J. et al., 2010b). No entanto, quando existe uma interrupção na interacção da criança com o seu meio ambiente e esta ocorre durante o processo de desenvolvimento básico, ou seja, nos seus primeiros anos de vida vai originar uma série de distúrbios ao nível desenvolvimental. O mesmo ocorrerá se houver uma situação de desequilíbrio entre as necessidades das crianças e as respostas/acções por parte dos progenitores/cuidadores (Manso. J et al., 2010a).

Também Sim-Sim (1998) afirma que a interacção que existe entre a criança e o meio ambiental é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e linguístico. Um meio ambiental pobre ou pouco estimulante na comunicação interactiva e personalizada, influenciará negativamente no desenvolvimento.

Existem aspectos das práticas parentais que são destacados como centrais para o desenvolvimento cognitivo e linguístico sendo eles os seguintes: a expressão afectiva do adulto na comunicação com a criança, a frequência de participação da criança em actividades de aprendizagem rotineira (exemplo: leitura compartilhada), a interacção diária e personalizada, a qualidade do envolvimento entre a criança e o adulto/cuidador e a adaptação das situações de interacção de acordo com o desenvolvimento intelectual de cada criança, (Shum, 1988)

Risco tem sido amplamente definido como a exposição a factores biológicos e ambientais que aumentam a probabilidade de se obter resultados negativos ao nível do desenvolvimento global (Stanton - Chapman, T. L. et al., 2004).

As causas que podem afectar o desenvolvimento das crianças foram enquadradas em três grupos pela autora Peixoto (2009)

- iii. Crianças em risco ambiental: por apresentarem nível social e económico baixo, família monoparental, mãe adolescente, pais abusadores de drogas, violência doméstica, mãe com alterações psiquiátricas, entre outros.
- iv. Crianças em situação de risco biológico: por baixo peso para idade de gestação, prematuridade, entre outros.
- v. Crianças com risco estabelecido: crianças com alterações cromossómicas, com atrasos psicomotores de etiologia desconhecida, com deficiência motora, auditiva e visual, entre outros.

As crianças inseridas em ambientes de risco, normalmente não reúnem as competências necessárias para um desenvolvimento adequado da linguagem, uma vez que o comportamento do seu cuidador por norma não é o mais benéfico. (Guralnick, 2005). O mesmo autor refere ainda que a associação que existe entre o comportamento dos cuidadores e a interacção que estabelecem com a criança, pode definir meio de risco.

O meio de pobreza (meio de risco) proporciona às crianças aí inseridas um risco elevado em deparar-se com problemas logo no momento da sua concepção, com problemas de saúde mental; com o desatento por partes dos pais/cuidadores; e com a remoção de casa

ou abuso e negligência por parte dos pais/cuidador. (Stanton - Chapman, T. L. et al., 2004). Perante isto, podemos verificar que as crianças inseridas neste ambientes são aquelas que estão mais expostas aos factores que levam a frequentar uma instituição.

O tipo de relação que se estabelece com uma criança é fundamental para se obter uma relação educacional óptima. Existem factores numa relação que são essenciais para o bem-estar da criança, tais como: a estabilidade e a consistência, a responsabilidade do adulto, o amor, a disponibilidade e o compromisso duradouro. (Manso. J. et al., 2010a). A maioria das crianças que frequentam uma instituição, não tiveram presentes nas suas relações com os progenitores/cuidadores muitos destes factores, o que provoca uma instabilidade emocional. Segundo Del Rio e Vilaseca (1994), a ansiedade por uma separação prolongada, uma recusa ou sobreprotecção materna ou familiar, entre outros factores de ordem afectiva e emocional, podem interferir no desenvolvimento da linguagem.

Para Carvalho (2002), o ambiente institucional não é o ambiente mais adequado para a ocorrência do desenvolvimento. O atendimento padronizado, o alto índice de criança por cuidador, a oferta de poucas possibilidades de interacção directa cuidador-criança, a falta de actividades planeadas e a fragilidade das redes de apoio social e afectivo são aspectos que vão prejudicar o desenvolvimento da criança. Contudo, Siqueira, A. e Dell'Aglio, D.D. (2006) referem que nos casos em que as crianças estão em situações muito adversas nas suas famílias, a institucionalização será a opção mais acertada, acreditando que aí encontraram padrões mais favoráveis ao seu desenvolvimento.

Siqueira, A. e Dell'Aglio, D.D. (2006) apontaram os prejuízos cognitivos que a vivência institucional proporcionava para as crianças abrigadas, tal como deficit intelectual, especialmente no desenvolvimento da linguagem. Os mesmos autores afirmam que quanto mais tardia for a entrada da criança para um ambiente institucional, mais favorável será para o desenvolvimento global da mesma.

A forma como as crianças brincam, interagem e a linguagem que usam, permite-nos aceder ao tipo de “modelos” que a criança teve durante a sua infância (Pinhel, J. Torres, N. e Maia, J., 2009). Investigações realizadas por Marques (2006), têm vindo a revelar

que crianças com vinculações seguras, ou seja, que estão inseridas num ambiente familiar, tendem a criar narrativas coerentes ao contrário das crianças que passaram por situações adversas (negligência, abandono, maus tratos, rupturas) no seu seio familiar e que agora se encontram institucionalizadas. Estas crianças normalmente apresentam histórias pobres, com representações desvalorizadas e/ou desorganizadas das figuras parentais e de si próprias.

A linguagem acompanha quase todas as actividades que se realizam durante o dia-a-dia. As interacções precoces entre o progenitor/cuidador e a criança não geram a linguagem em si, mas é essencial para fornecer às crianças os instrumentos necessários para se passar à linguagem formal. (Manso J. et al., 2010). A ausência de estimulação nos primeiros anos de vida, o que é muito frequente em crianças que sofrem abuso infantil, pode levar a atrasos na aquisição e desenvolvimento da linguagem.

Vários artigos que falam sobre abuso infantil (Gaudin et al., 1996; González et al., 2001; Ruiz e Gallardo, 2002) destacam as consequências do abuso por parte dos progenitores/cuidadores, sendo elas: deficiências importantes no desenvolvimento da linguagem, falta de auto-confiança, desenvolvimento global retardado, incompetência social, impulsividade, deficiência no uso da linguagem comum, distúrbios da fala, uma incapacidade de generalizar e pensar em abstracto e psico-afectivo instável. Para Moreno (2003, 2005) das diferentes formas de abuso infantil, a negligência emocional (ex: maus tratos e abandono) é o que mais prejudica o desenvolvimento linguístico.

Uma vez que uma das principais consequências do abuso/negligência de crianças são as repercussões linguísticas, existe uma necessidade acrescida de avaliar o desenvolvimento linguístico das crianças que devido à negligência foram institucionalizadas (Manso J. et al., 2010a)

Shum (1988) realizou estudos longitudinais e transversais, que avaliaram as diferenças existentes entre o desenvolvimento de linguagem de dois grupos de crianças provenientes de meios ambientais distintos. Um grupo proveniente de inserção social e outro familiar. Os resultados desses estudos vieram confirmar a tese de que um desenvolvimento favorável da linguagem exige uma condição interactiva adequada. Os

resultados dos estudos evidenciaram diferenças significativas entre os dois grupos, visto que as crianças do meio institucional revelaram défices nos níveis linguísticos analisados (morfossintático, semântico e pragmático) relativamente ao grupo inserido nas famílias de origem.

II. Metodologia

1. Método

i. Objectivo

Este estudo apresenta como objectivo a comparação do desenvolvimento da linguagem de crianças que vivem inseridas em ambiente familiar e em ambiente institucional. Com este estudo pretendo “medir” o desenvolvimento da linguagem nestes dois grupos e compará-los. Para este estudo foram criadas duas hipóteses, sendo elas: hipótese nula – os dois grupos são iguais, não existe diferenças no desenvolvimento da linguagem; hipótese alternativa – os dois grupos são diferentes, apresentando diferenças no desenvolvimento da linguagem.

ii. Tipo de estudo

Atendendo ao objectivo do estudo, optei pela metodologia quantitativa. Este é um método que vai tratar de dados observáveis e quantificáveis os quais são referentes a acontecimentos e fenómenos independentes do investigador. Pretende contribuir para o desenvolvimento e validação de conhecimentos e para a generalização, predição e controlo dos resultados (Fortin, 2006). Como o objectivo deste estudo prende-se em “medir” o desenvolvimento da linguagem de crianças, com idades compreendidas entre os quatro e os seis anos, inseridas em ambiente institucional e em ambiente familiar, comparando-as de modo a verificar se existe diferenças entre elas, trata-se assim de um dado independente do investigador.

Relativamente ao tipo de estudo, encontramos neste trabalho um estudo descritivo e correlacional. Tem como objectivo explorar possíveis relações entre as variáveis, com intuito de descrever essas relações. Temos, portanto, a oportunidade de relacionar diversas variáveis e descrever as relações apuradas entre elas (Fortin, 2006).

iii. Participantes

A amostra deste estudo é constituída por trinta e oito crianças, em que vinte delas estão inseridas em ambiente institucional (instituições situadas na freguesia de Rebordosa e

Valongo) e dezoito em ambiente familiar (jardim de infância da freguesia de Rebordosa). Para a caracterização da amostra foram estabelecidos critérios de inclusão e de exclusão sendo eles: i) apresentar como língua materna o Português Europeu ii) encontra-se na faixa etária entre os quatro e os seis anos de idade iii) serem do distrito do Porto iiiii) não apresentar qualquer tipo de patologia que pudesse interferir no desenvolvimento normal da linguagem.

A média das idades das crianças era de 59 meses (DP = 7.7). Das 38 crianças, 52,6 % eram do sexo masculino e os restantes 47.4% eram do sexo feminino. Na tabela 1 apresenta-se a distribuição dos participantes por sexo e idade.

Tabela 1 – Distribuição dos participantes por sexo e idade

	Raparigas				Rapazes			
	N	%	M	DP	N	%	M	DP
48-59 meses	9	50.2	59.94	.8	11	55	58.95	7.5
60-72 meses	9	49.8			9	45		

iv. Variáveis

Nesta investigação são doze as variáveis que se pretende estudar, sendo elas as seguintes:

- Idade: crianças entre os 48 e os 72 meses.
- Género: masculino e feminino
- Variáveis independentes: Institucionalizado (Inst.); Não institucionalizado (Ninst).
- Motivo de institucionalização: variável caracterizada através da resposta obtida pela responsável das instituições. Encontraram-se três motivos pelo qual as crianças foram institucionalizadas, sendo eles: vítima de maus tratos, falta de recursos financeiros e abandono.
- Manter contacto com a família: variável caracterizada através da resposta obtida pela responsável das instituições.
- Tempo de frequência na institucionalização: variável caracterizada através da resposta obtida pela responsável das instituições.

- Desenvolvimento linguístico: neste estudo o desenvolvimento da linguagem foi classificado em função dos resultados obtidos pelo T.I.C.L, que avalia os seguintes parâmetros: conhecimento lexical, conhecimento morfossintático, memória auditiva, reflexão sobre a língua, pontuação total. Apenas foram registadas as respostas correctas.
- Tipo de produção de fala: variável caracterizada através da nomeação espontânea, sem modelo de produção prévio. Apenas foram registadas as respostas incorrectas, uma vez que este estudo não pretende avaliar o tipo de erros que a criança produz, mas sim a quantidade.

As variáveis motivo de institucionalização, manter contacto com a família e tempo de frequência da instituição, são variáveis apenas aplicáveis às 20 crianças que se encontram institucionalizadas.

2. Medidas

Para avaliar as competências linguísticas, foram utilizados dois instrumentos. O Teste de Identificação de Competências Linguísticas (T.I.C.L) (Viana, 2004) e o teste articulatorio CPUP (prova de sons e palavras – Centro de Psicologia da Universidade do Porto) (Castro et al., 2001).

O Teste de Identificação de Competências Linguísticas, tem como principal objectivo avaliar as competências da linguagem que influenciam a aprendizagem da leitura e escrita e assim, identificar crianças em risco de apresentarem dificuldades nestes domínios. Este instrumento avalia crianças entre os 4 e 6 anos de idade, apresentando os seus dados de avaliação em dois grupos, o grupo dos 4-5 anos e o grupo dos 5-6anos (Viana, 2004). Este teste está dividido em quatro partes e cada uma delas avalia uma competência da linguagem. A parte I - Conhecimento Lexical – apresenta oito itens que avaliam partes do corpo, objectos, verbos, categorias, funções, locativos, cores e opostos, tendo como pontuação máxima 64 pontos, estando estes distribuídos de forma equitativa por todos os itens. A parte II – Conhecimento Morfossintático – apresenta cinco itens que avaliam a concordância género/número (3 respostas), pretérito perfeito, plurais (8 respostas), graus de adjectivos (2 respostas) e compreensão de estruturas complexas (5 respostas), tendo como pontuação máxima 27 pontos. A parte III –

Memória Auditiva – apresenta dois itens que avaliam a memória auditiva (pseudo-palavras (4 respostas), palavras (4 respostas), frases (5 respostas) e ordens (3 respostas)) e sequencialização narrativa (3 respostas), tendo como pontuação máxima 19 pontos. A parte IV – Reflexão sobre a Língua – apresenta três itens que avaliam a avaliação da correcção (4 respostas), a segmentação (palavras (4 respostas) e sílabas (8 respostas)) e identificação auditiva (sons iniciais (4 respostas) e sons finais (4 respostas)), tendo uma pontuação máxima de 24 pontos.

O T.I.C.L tem uma apresentação gráfica agradável. É formado por várias placas com desenhos que constituem os estímulos que induzem as respostas por parte das crianças. Tem a forma de bloco de notas, permitindo fácil manuseamento e a sua aplicação é relativamente rápida (cerca de 30 a 40 minutos).

O teste articulatorio CPUP (prova de sons e palavras – Centro de Psicologia da Universidade do Porto) avalia a articulação de todos os fonemas da língua portuguesa, em todas as suas posições possíveis, através da nomeação de 37 imagens que representam 45 palavras alvo. O teste é aplicado de forma individual e tem duração de aproximadamente 10 a 15 minutos. Esta prova foi a seleccionada comparativamente ao Teste Verbal da Fisiopraxis, da autora Isabel Guimarães, uma vez que apresenta diversos factores a seu favor: i. prova fácil e rápida de aplicar, ii. uma imagem pode ter representada mais do que uma palavra alvo, iii. nas imagens, as palavras alvo estão realçadas de forma colorida, facilitando assim a nomeação espontânea; (Gomes et al., 2006).

3. Procedimentos

Num primeiro momento, foi solicitada a colaboração da instituição e do jardim de infância de S. Marcos localizado na freguesia de Rebordosa, bem como da instituição localizada na freguesia de Valongo. Através do consentimento informado (Cf. anexo I), foram explicados todos os objectivos do estudo e os procedimentos do trabalho. Uma vez dada a autorização, seguidamente, em conjunto com as directoras das instituições e com as educadoras do infantário, realizou-se a triagem das crianças que poderiam

compor os grupos da amostra deste estudo, de acordo com os critérios de inclusão e de exclusão já previamente definidos.

Posteriormente, foi entregue um consentimento informado (Cf. anexo II) a todos os pais/cuidadores das crianças que frequentam o jardim-de-infância, bem como aos pais/cuidadores que ainda mantêm contacto com as crianças institucionalizadas, de modo a ficarem esclarecidos sobre os objectivos e procedimento do estudo e autorizarem a participação das crianças no estudo. Após terem sido dadas garantias quanto à confidencialidade e à possibilidade de poderem desistir em qualquer altura do estudo, marcaram-se as datas para se dar início à aplicação dos instrumentos.

Seguidamente, foram recolhidos dados sobre as crianças junto das directoras e educadoras. Relativamente às crianças institucionalizadas, registou-se o género, a data de nascimento, o motivo pelo qual foram institucionalizadas, se continuam a manter contacto com a família e o número de meses que estão na instituição. Relativamente às crianças do jardim-de-infância (inseridas em ambiente familiar), apenas se registou o género e a data de nascimento.

O passo seguinte foi a aplicação dos instrumentos de forma individual, numa sala reservada. A aplicação das provas teve uma duração de aproximadamente 45 minutos. A ordem das provas foi mantida constante: CPUP e o T.I.C.L.

4. Análise e tratamento de dados

Para análise dos dados estatísticos recorreu-se ao programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 19.0. Foi utilizado este programa, uma vez que facilita a análise estatística e as relações das variáveis desejadas. Os dados foram armazenados segundo as variáveis e sem qualquer identificação dos participantes do estudo.

Os testes paramétricos são os mais apropriados para analisar os dados do presente estudo, considerando-se que a distribuição da amostra é normal. Relativamente à comparação entre as variáveis independentes (conhecimento lexical, conhecimento

morfossintático, reflexão sobre a língua, memória auditiva, pontuação final, tipo de produção de fala, institucionalizado e não institucionalizado), utilizou-se o teste *t-student*. A correlação de *Pearson* foi utilizada para comparar a pontuação final do teste T.I.C.L. com o tempo de frequência de crianças institucionalizadas.

No presente estudo para se estudarem as diferenças entre os grupos, bem como a força da relação que existe entre eles. O valor de referência para assumir se as diferenças encontradas são estatisticamente significativas é de $p \leq 0.05$.

5. Resultados:

Os resultados do estudo vão ser expostos seguidamente em tabelas e gráficos, usando-se para tal as análises estatísticas que foram realizadas.

As três tabelas que se seguem, dizem respeito à análise das variáveis que foram criadas apenas para o grupo de crianças institucionalizadas, sendo elas: i) motivo de institucionalização, ii) manter contacto com a família, iii) tempo de institucionalização. Foi criada a designação NP (não aplicável) para representar os dados referentes ao grupo de crianças inseridas em ambiente familiar.

Tabela 2 – Motivo da institucionalização

	N	%
Maus tratos	8	21.1
Recursos	9	23.7
Abandono	3	7.9
NP	18	47.4

Oito crianças foram institucionalizadas pelo facto de sofrerem de maus tratos, que equivale a uma percentagem de 21.1%, nove delas pelo facto de estarem inseridas em ambientes muito desfavorecidos e sem recursos financeiros, que equivale a uma percentagem de 23.7%. As restantes três crianças, foram institucionalizadas pelo facto

de terem sido abandonadas, que equivale a uma percentagem de 7,9%. As dezoito crianças correspondem ao número de crianças inseridas em ambiente familiar e equivalem a uma percentagem de 47.4%.

Tabela 3 - Manter contacto com a família

	N	%
Sim	10	26.3
Não	10	26.3
NP	18	47.4

Metade das vinte crianças institucionalizadas continuam a manter o contacto com a família e a outra metade não, tendo ambas uma percentagem de 26.3%. As dezoito crianças correspondem ao número de crianças inseridas em ambiente familiar e equivalem a uma percentagem de 47.4%.

Tabela 4 – Tempo de frequência da instituição

	N	%	M	DP	Min.	Máx.
Temp.	20	52.6	26.25	12.7	8	51

Das 20 crianças institucionalizadas, o tempo de frequência da instituição teve uma média de 26.25, em que o tempo mínimo de institucionalização foi de 8 meses e o máximo de 51 meses.

De seguida serão apresentados os resultados do teste formal T.I.C.L, em função dos dois grupos. Como já foi referido o teste de identificação de competências linguísticas, foi dividido em cinco variáveis: conhecimento lexical, conhecimento morfossintático, memória auditiva, reflexão sobre a língua (os resultados destas correspondem ao número de itens correctos) e a pontuação total (o resultado corresponde à soma das respostas correctas, das quatro partes do teste).

Tabela 5- Conhecimento lexical

	N	M	DP	t	p
Inst.	20	39.25	8.6	- 4.8	0.00
Ninst.	18	50.67	5.7		

As 20 crianças institucionalizadas obtiveram uma média de respostas correctas de 39.25, com um desvio padrão de 8.6, já as crianças não institucionalizadas obtiveram uma média de 50.67, com um desvio padrão de 5.7. A comparação dos dois grupos, demonstrou uma forte diferença estatisticamente significativa ($t = -4.8$, $p = 0.00$) entre os grupos Inst. e Ninst.

Tabela 6 – Conhecimento morfossintático

	N	M	DP	t	p
Inst.	20	12.85	3.6	- 4.7	0.00
Ninst.	18	18.83	4.1		

As 20 crianças institucionalizadas obtiveram uma média de respostas correctas de 12.85, com um desvio padrão de 3.6, já as crianças não institucionalizadas obtiveram uma média de 18.83, com um desvio padrão de 4.1. A comparação dos dois grupos, demonstrou uma forte diferença estatisticamente significativa ($t = -4.7$, $p = 0.00$) entre os grupos Inst. e Ninst.

Tabela 7 – Memória auditiva

	N	M	DP	t	p
Inst.	20	9.35	2.5	- 4.5	0.00
Ninst.	18	12.94	2.4		

As 20 crianças institucionalizadas obtiveram uma média de respostas correctas de 9.35, com um desvio padrão de 2.5, já as crianças não institucionalizadas obtiveram uma média de 12.94, com um desvio padrão de 2.4. A comparação dos dois grupos, demonstrou novamente uma forte diferença estatisticamente significativa ($t = -4.5$, $p = 0.00$) entre os grupos Inst. e Ninst.

Tabela 8 – Reflexão sobre a língua

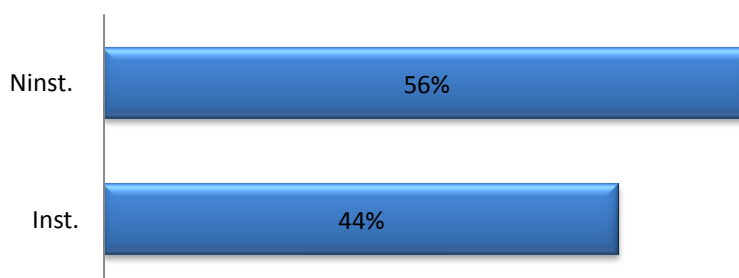
	N	M	DP	t	p
Inst.	20	8.3	3.9	- 5.5	0.00
Ninst.	18	14.7	3.0		

As 20 crianças institucionalizadas obtiveram uma média de respostas correctas de 8.3, com um desvio padrão de 3.9, já as crianças não institucionalizadas obtiveram uma média de 14.7, com um desvio padrão de 3.0. A comparação dos dois grupos, demonstrou uma forte diferença estatisticamente significativa ($t = -4.5$, $p = 0.00$) entre os grupos Inst. e Ninst

Tabela 9- Pontuação total do instrumento T.I.C.L

	N	t	p
Inst.	20	- 5.5	0.00
Ninst.	18		

Gráfico 1 – Pontuação total do instrumento T.I.C.L

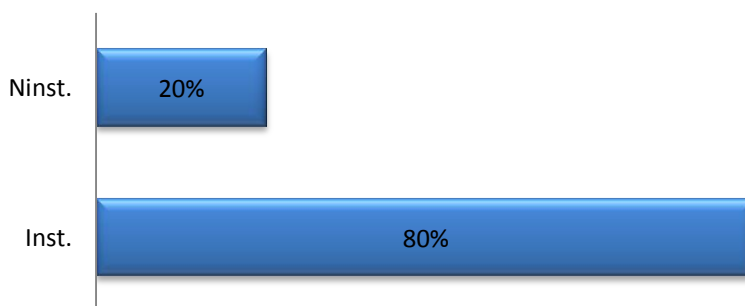


No gráfico I podemos observar a percentagem de respostas correctas obtidas no total da aplicação do T.I.C.L em função dos dois grupos.

Os 20 indivíduos do grupo institucionalizado obtiveram um total de 1393 respostas correctas, equivalente a uma percentagem de 44%. Já os 18 indivíduos inseridos no grupo não institucionalizados, obtiveram um total de 1746 respostas correctas, correspondente a uma percentagem de 56%. Analisando a tabela 9 podemos verificar que a comparação dos dois grupos, demonstrou uma forte diferença estatisticamente significativa ($t = -5.5$, $p = 0.00$).

Na análise do teste CPUP, uma vez que o objectivo do estudo não era avaliar o tipo de processos que a criança produzia mas sim a quantidade de erros de produção, apenas foram inseridos os números de palavras incorrectas.

Gráfico 2 – Número total de respostas incorrectas



No gráfico podemos observar a percentagem das nomeações incorrectas, que foram produzidas pelos dois grupos.

Os 20 indivíduos do grupo institucionalizado produziram um total de 644 produções de fala de forma errada, equivalente a uma percentagem de 80%. Já os 18 indivíduos inseridos no grupo não institucionalizados, produziram um total de 166 produções incorrectas, o que corresponde a uma percentagem de 20%.

Tabela 10 – Correlação entre a frequência de institucionalização e pontuação total do instrumento T.I.C.L

	N	R	p
Inst.	20	- 0.227	0.336

Na tabela 10, podemos observar os resultados obtidos através da correlação de *Pearson* para comparar a pontuação final do teste T.I.C.L. com o tempo de frequência de crianças institucionalizadas. Obteve-se uma correlação com valor negativo ($R = -0.227$) o que revela que com o aumento do tempo de institucionalização, os resultados do teste T.I.C.L diminuem, contudo não existem diferenças estatísticas ($p = 0.336$).

6. Discussão de resultados

Os resultados obtidos revelam que existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos que foram estudados. O grupo de crianças inseridas em ambiente institucional obteve valores significativamente inferiores ao grupo de crianças inseridas em ambiente familiar. Estes resultados vão ao encontro do estudo realizado por Moreno (2003 e 2005), que encontrou também diferenças no que concerne ao desenvolvimento da linguagem destes dois grupos.

O modo como a família está estruturada, o ambiente que proporcionam à criança, bem como a qualidade das interações que estabelecem com a mesma, vão ditar o modo como a criança se vai desenvolver. Viquer e Serra (1996) salientam que a família tem uma influência muito grande no desenvolvimento global da criança, referindo ainda que é no ambiente familiar que a criança deve encontrar o ambiente apropriado para o seu desenvolvimento. No estudo do grupo de vinte crianças institucionalizadas, foram apurados três motivos que levaram a essa institucionalização: i. vítimas de maus tratos (oito crianças), falta de recursos financeiros (nove) e abandono (três).

As crianças inseridas nos ambientes em que existe o abuso infantil, apresentam carência de afecto, atenção, educação, sentindo sim a rejeição e excesso de regras, não

apropriadas para a sua idade. Crianças em situações de maus-tratos físicos, apresentam uma educação caracterizada pela permissividade e falta de preocupação. (Haskett, Kreig e Hart, 2008) Segundo Cerezo (1995) quando as necessidades básicas de uma criança estão comprometidas ou quando a disciplina é usada de forma incontrollável ou com agressão, a criança terá o seu desenvolvimento pessoal e social seriamente danificado. O meio de pobreza é um meio muito propício a ocorrer negligência infantil e falta de estimulação por parte dos progenitores/cuidadores. (Stanton - Chapman, T. L. et al. 2004). A falta de estimulação nos primeiros anos de vida, que é muito frequente em crianças que sofrem abuso infantil, proporciona atrasos na aquisição e desenvolvimento da linguagem, tal como foi comprovado neste estudo. As crianças do grupo Inst. obtiveram uma percentagem de respostas correctas na pontuação total do teste T.I.C.L de 44%, já o grupo Ninst. obtiveram uma percentagem superior (56%). Os resultados revelaram que existe uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos.

A linguagem desenvolve-se através da interacção que ocorre no meio social em que vivemos e existem contextos familiares que oferecem maior riqueza do que outros. Existem autores como Siqueira, A. e Dell'Aglio, D.D. (2006) que referem que quando as crianças estão inseridas em ambientes de risco devem ser inseridas em ambientes institucionais, pois aí encontram condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento. Mas por outro lado, Carvalho (2002) refere que o ambiente institucional não reúne todas as condições necessárias para que ocorra um bom desenvolvimento, uma vez que a interacção entre criança e cuidador acaba por se tornar pobre ou pouco eficaz, uma vez que não é personalizada. Os resultados que foram obtidos no presente estudo relevam de facto, que o meio institucional não reúne todas as condições necessárias para um bom desenvolvimento e em especial para o desenvolvimento linguístico. Através da correlação de *Pearson* realizada, verificou-se que com o aumento do tempo de institucionalização, os resultados da pontuação final do teste T.I.C.L diminuem, ou seja, pioram ($R= 0.227$) contudo não existe diferença estatística ($p = 0.336$). Estes resultados vão ao encontro dos autores Siqueira, A. e Dell'Aglio, D.D. (2006) que afirmam que quanto mais tardia for a entrada da criança para um ambiente institucional, mais favorável será para o desenvolvimento global da mesma.

Existem estudos que testemunham a relação que existe entre o desenvolvimento da linguagem e o ambiente físico ou nível de pobreza em que a criança vive e que vão ao encontro dos resultados obtidos no presente estudo. Amorós e Palacios (2004); Ruiz e Gallardo (2002) apontam a escassa ou inadequada estimulação que as crianças recebem no contexto familiar, como uma razão para existir limitações a níveis linguísticos; Manso J. et al., refere mesmo que uma das principais consequências do abuso infantil é a repercussão linguística.

Um baixo nível cultural dificulta o desenvolvimento linguístico, pois as crianças ouvem e adquirem um tipo de linguagem que não é exactamente o correcto. Mathiesen, Ricart e Herrera (2005) salientam a importância de os progenitores/cuidadores usarem uma linguagem bem estruturada, com um vocabulário complexo e articulado. O estudo presente revelou que existe uma forte diferença estatisticamente significativa entre os resultados da prova dos sons – CPUP dos dois grupos. O grupo Inst. realizou cerca 80% das suas produções de fala de forma errada e o grupo Ninst. apenas 20%.

O grupo de crianças Inst. comparativamente ao grupo de crianças Ninst. alcançaram valores significativamente inferiores, nas diferentes competências da linguagem (conhecimento lexical, conhecimento morfossintático, reflexão sobre a língua e memória auditiva) avaliadas pelo instrumento T.I.C.L. Os resultados obtidos vão ao encontro dos resultados encontrados no estudo realizado pelo Shum (1988). Comprovou que existem diferenças entre o desenvolvimento de linguagem de crianças provenientes de inserção social e de crianças inseridas em ambiente familiar. As crianças do meio institucional revelaram défices nos níveis linguísticos analisados (morfossintático, semântico e pragmático) relativamente ao grupo inserido nas famílias de origem

Conclusão

O desenvolvimento da linguagem de uma criança, está relacionada com o ambiente em que esta se encontra inserida, tal e qual como o estudo presente o comprova. Os resultados deste estudo revelaram que existe de facto uma diferença estatisticamente significativa entre o grupo de crianças inseridas em ambiente institucional e em ambiente familiar, verificando-se que a qualidade do meio ambiente é um elemento essencial para um bom desenvolvimento da linguagem. As crianças institucionalizadas obtiveram um desenvolvimento da linguagem inferior ao das crianças inseridas em ambiente familiar.

Tal como é descrito na literatura, concluímos que de facto nem todos os ambientes têm as condições necessárias para proporcionar um bom desenvolvimento linguístico a uma criança. As crianças antes de serem institucionalizadas viviam inseridas num meio com carências de afecto, atenção, educação, estimulação e estavam expostas a experiências linguísticas muito pobres. Amorós e Palacios (2004); Ruiz e Gallardo (2002). Ao passarem para um ambiente institucional também não encontraram um ambiente óptimo, uma vez que a interacção directa entre criança e cuidador não é personalizada e por vezes nem acontece.

Perante as duas hipóteses que foram criadas para este estudo, podemos verificar que o presente estudo foi ao encontro da hipótese alternativa, uma vez que se verificou que os dois grupos estudados são diferentes, pois apresentaram diferenças quanto à mestria do desenvolvimento da linguagem.

Referências Bibliográficas

Acosta, M. V., Moreno, A., Ramon, V., Quintana, A. e Espino, O. (2003). *A Avaliação da Linguagem. Teoria e Prática do Processo de Avaliação do Comportamento Linguístico Infantil*. São Paulo, Livraria Editora.

Amorós, P., & Palacios, J. (2004). Acogimiento familiar. Madrid: Alianza.
Augoustinos, M. (1987). Developmental effects of child abuse: Recent findings, *Child Abuse & Neglect*, 11(1), pp. 15–27.

Bruner, J. (1983). *Childs Talk. Learning to Use Language*. New York, Oxford University Press.

Carvalho, A. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In: Lordelo, E., Carvalho, A. & Koller, S.H. (Eds.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo, Casa do psicólogo, pp.19-44.

Castro, L. e Gomes, I. (2000). *Dificuldades da aprendizagem da língua materna*. Universidade Aberta.

Castro, S.L. *et al.* (2001). *Teste de articulação CPUP: sons em palavras*. Laboratório de Fala, FPCE-UP.

Cerezo, M. A. (1995). El impacto psicológico del maltrato: primera infancia y edad escolar, *Infancia y Aprendizaje*, 18(3), pp.135–157.

Del Rio, M. J. e Vilaseca, R. (1994). Sobre la adquisición y el desarrollo del lenguaje. In: Penã- Casanova (1994), *Manual de Logopedia* (2ª edição). Barcelona, Masson.

Faria, I. H., Pedro, R. E., Duarte, I. e Gouveia, M. A. C. (2005). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho.

Freitas, G.C.M. (2004). Sobre a aquisição das plosivas e nasais. In: Lamprecht, R.R. (Org.) *Aquisição fonológica do português – perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia*. Porto Alegre: Artmed. pp.73-81.

Fortin, M.F. (2006). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures, Lusodidacta.

Gaudin, J. M. et al. (1996). Family functioning in neglectful families, *Child Abuse & Neglect*, 20, pp. 363–377.

González, A. M. et al. (2001). Medio social y desarrollo del lenguaje: un estudio con niños adoptados, *Revista de Psicología General y Aplicada*, 54, pp. 515–529.

Guralnick, M. (2005). *The Development Systems Approach to Early Intervention*. Paul H. Brooks. Publishing. Baltimore.

Habib, M. (2000). Bases Neurológicas dos Comportamentos. Lisboa, Climepsi Editora.

Haskett, M. E., Allaire, J. C., Kreig, S., & Hart, K. C. (2008). Protective and vulnerability factors for physically abused children: Effects of ethnicity and parenting context, *Child Abuse & Neglect*, 32, pp. 567–576.

Lima, R. (2000). *Linguagem Infantil da Normalidade à Patologia*. Braga, Edições APPACDM.

Lima, R. (2009). *Fonologia Infantil: Aquisição, Avaliação e Intervenção*. Universidade do Minho, Edições Almedim.

Lima, R. e Bessa, M. (2007). Desenvolvimento da linguagem na criança dos 0-3 anos de idade: uma revisão, *Revista Sonhar*, pp. 55 - 62.

Manso, J. M. M. et al. (2010a). Pragmatic language development and educational style in neglected children, *Jornal Children and Youth Services Review*, 32, pp. 1028–1034.

Manso, J. M. M. et al. (2010b). Competencia pragmática y adaptación psicosocial en niños sujetos a medidas de protección infantil, *Revista Salud Mental*, 33, pp. 333-340

Marques, R. T. (2006). *Crianças acolhidas em lar residencial: Representações de vinculação, desenvolvimento, competências sociais e comportamento*. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa.

Mateus, M. H. M., Falé, I. e Freitas, M.J. (2005). *Fonética e Fonologia do Português*. Lisboa, Universidade Aberta

Moreno, J. M. (2005). Estudio sobre las consecuencias del maltrato infantil en el desarrollo del lenguaje. *Anales de Psicología*, 21, pp. 224–230.

Moreno, J.M. (2003). Estudio sobre las repercusiones lingüísticas del maltrato y abandono emocional infantil, *Revista de Logopedia, Foniatría y Audiología*, 23, pp. 211–222.

Oliveira, C.C. (2004). Sobre a aquisição das fricativas. In: Lamprecht, R.R. (Org.), *Aquisição fonológica do português – perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia*. Porto Alegre, Artmed Editora, pp.83-94.

Oller, D. Y. e Lynch, M. (1993). Infants Vocalizations and Inovations in Infraphonology. Toward a Broader Theory of Development and Disorders. In: Ferguson, L., Menn e Stoel – Gammon, C. (eds). *Phonological Development. Models, Research, Implications*. Timonium, York Press.

Peixoto, V. (2007). *Perturbação da Comunicação: a importância da detecção precoce*. Porto, Edições Fernando Pessoa.

Peixoto, V. e Lima, R. (2009). Programas de Intervenção Pré-Verbal. In: Peixoto, V. e Rocha, J. (Orgs), *Metodologia de Investigação em Terapia Da Fala*. Porto, Edições Fernando Pessoa, pp. 37-78.

Pinhel, J. Torres, N. e Maia, J. (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado, *Análise Psicológica*, 4, pp. 509-521.

Pinto, F. (2002). *A Gestão Curricular e o Desenvolvimento de Competências (Meta)linguísticas na Criança de 4 e 5 anos*. Tese de Mestrado. Universidade de Aveiro, Aveiro.

Ribas, L.P. (2004). Sobre a aquisição do onset complexo. In: Lamprecht, R.R. (Org.), *Aquisição fonológica do português – perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia*. Porto Alegre, Artmed Editora, pp.151-164.

Rigolet, S. (2000). Os três P – Precoce, Progressivo, Positivo – Comunicação e linguagem para pela expressão. Porto, Porto Editora.

Ruiz, I. e Gallardo, J. A. (2002). Impacto psicológico de la negligencia familiar (leve versus grave) en un grupo de niños y niñas, *Anales de Psicología*, 18 (2), pp. 261–272.

Shum, G. (1988). La influencia del contexto de la interacción en la adquisición del lenguaje, *Revista infancia y Aprendizaje*, 43, pp. 37-54

Sim- Sim, I. (1998). *Desenvolvimento da linguagem*. Lisboa, Universidade Aberta.

Siqueira, A. e Dell'Aglio, D.D. (2006). O Impacto da Institucionalização na Infância e na Adolescência: *Uma Revisão de Literatura, Psicologia e Sociedade*, 18 (1 / Janeiro-Abril), pp. 71-80.

Sroufe, L. A. (2005). Attachment and development: A prospective, longitudinal study from birth to adulthood, *Attachment e Human Development*, 7, pp. 349-367.

Stanton - Chapman, T. L. et al. (2004). Cumulative Risk and Low-Income Children's Language Development, *Topics in Early Childhood Special Education*, 24 (4), pp. 227-237

Vaughn, B. E. et al. (2007). The quality of maternal secure-base scripts predicts children's secure-base behavior at home in three sociocultural groups, *International Journal of Behavioral Development*, 31, pp. 65-76.

Viana, F (2000). Despistar, orientar e intervir: As contingências de um sistema. In: Actas do Congresso Internacional "Os mundos sociais da infância ". Braga, Universidade do Minho.

Viguer, P., & Serra, E. (1996). Nivel socioeconómico y calidad del entorno familiar en la infância, *Anales de Psicología*, 12(2), pp. 197-205.

Vygotsky, S.L. (2000). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo, Martins Fontes.

Wertzner, H. F. (2004). Fonologia: desenvolvimento e alterações. In: Ferreira LP, Befi-Lopes, D. M. e Limongi, S.C.O. (Org.), *Tratado de Fonoaudiologia*. São Paulo, Roca, pp. 772-786.

Yaguello, M. (1997). Alice no país da linguagem. Para compreender a linguagem. Lisboa, Editorial Estampa.



Universidade Fernando Pessoa

Exmo. Director

Sou estudante na Universidade Fernando Pessoa e estou no 3ºano da licenciatura no curso Terapêutica da Fala e, como finalista do curso, encontro-me a realizar um Projecto de Graduação final de curso. O meu trabalho de investigação tem como finalidade verificar se existem diferenças no desenvolvimento da linguagem de crianças, com idades compreendidas entre os quatro e seis anos, institucionalizadas, comparando-as com um grupo de crianças inseridas em ambiente familiar.

Desta forma, vimos por este meio pedir autorização a V. Exa. para colaborar na realização deste estudo.

O plano de execução do estudo prevê a avaliação individual de cada criança, utilizando o teste TICL (Teste de Identificação de Competências Linguísticas), que avalia três componentes da linguagem (semântica, fonologia e morfossintaxe) e se aplica a crianças com idades compreendidas entre os quatro e seis anos de idade. Este é um teste, que nos fornece índices de mestria, esperados para cada componente e para cada idade. Será também aplicado o teste **CPUP** que tem como objectivo identificar os erros fonológicos bem como identificar e descrever as capacidades fonéticas da criança.

Ao longo da aplicação do teste será feito o registo escrito de todas as respostas referentes à aplicação do instrumento de avaliação. Estima-se que a avaliação de cada criança dure cerca de 45 min.

Os registos vão ser guardados pelos autores do trabalho e só eles terão acesso aos mesmos. **O nome do participante nunca será usado nas apresentações ou publicações desta informação.** Todos os dados serão tratados de forma **anónima e confidencial**. Caso haja interesse por parte da instituição em receber os resultados do estudo, estes serão cedidos de livre vontade.

Estes procedimentos não são invasivos e não acarretam quaisquer riscos para o participante.

Dada a pertinência e actualidade do tema de investigação em questão, a colaboração de todos os estabelecimentos que apoiam crianças desta idade é fundamental e decisiva para a obtenção de uma amostra representativa, pelo que a V. colaboração é, por isso, de crucial importância.

Certos da vossa melhor atenção, subscrevemo-nos atentamente.



Universidade Fernando Pessoa

Sou estudante na Universidade Fernando Pessoa e estou no 3ºano da licenciatura no curso Terapêutica da Fala e, como finalista do curso, encontro-me a realizar um Projecto de Graduação final de curso. O meu trabalho de investigação tem como finalidade verificar se existem diferenças no desenvolvimento da linguagem de crianças, com idades compreendidas entre os quatro e seis anos, institucionalizadas, comparando-as com um grupo de crianças inseridas em ambiente familiar. Para tal será feita uma avaliação individual de cada criança, utilizando o teste TICL (Teste de Identificação de Competências Linguísticas), que avalia três componentes da linguagem (semântica, fonologia e morfossintaxe) e o teste **CPUP** que tem como objectivo identificar os erros fonológicos. Estima-se que a avaliação de cada criança dure cerca de 45 min.

Os registos vão ser guardados pelos autores do trabalho e só eles terão acesso aos mesmos. **O nome do participante nunca será usado nas apresentações ou publicações desta informação.** Todos os dados serão tratados de forma **anónima e confidencial**.

A participação do seu filho é de crucial importância.

Eu _____ declaro que li e compreendi a informação acima descrita e voluntariamente autorizo que o meu filho participe neste estudo. Compreendo que não há compensações por esta participação. Compreendo também que os registos são totalmente confidenciais e que tenho direito de desistir desta participação a qualquer momento. Recebi e assinei este formulário por concordar com as condições deste estudo.

Data: __/__/__

Assinatura: _____